

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ESTUDOS DE GÊNERO

Maria Eduarda Brendler Nosvitz

**QUEM DIZ #ELENÃO?
PERFIL E PERSPECTIVAS DE QUEM PARTICIPOU DO
MOVIMENTO**

Santa Maria, RS
2021

Maria Eduarda Brendler Nosvitz

**QUEM DIZ #ELENÃO?
PERFIL E PERSPECTIVAS DE QUEM PARTICIPOU DO MOVIMENTO**

Artigo de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Estudos de Gênero, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Especialista em Estudos de Gênero**.

Aprovado em 10 de fevereiro de 2021:

Mariana Selister Gomes, Dr^a. (UFSM)
(Presidente/ Orientadora)

Milena Carvalho Bezerra Freire de Oliveira-Cruz, Dr^a. (UFSM)

Ana Paula Antunes Martins, Dr^a. (UnB)

Santa Maria, RS
2021

QUEM DIZ #ELENÃO? PERFIL E PERSPECTIVAS DE QUEM PARTICIPOU DO MOVIMENTO

WHO SAYS #ELENÃO? PROFILE AND PERSPECTIVES OF THOSE WHO PARTICIPATED IN THE MOVEMENT

Maria Eduarda Brendler Nosvitz¹, Mariana Selister Gomes²

RESUMO

O presente artigo analisa o movimento #elenão, fruto do processo de resistência à eleição de Jair Bolsonaro no ano de 2018. Tem como objetivos conhecer o perfil e as perspectivas de quem participou do movimento; refletir sobre a relação dialética entre academia-sociedade a fim de compreender como ambos se influenciam e à qual direção tem se rumado; entender o que o público alvo considera como participação no movimento, assim como as suas motivações; compreender o ciberativismo enquanto um fenômeno intrínseco aos movimentos sociais contemporâneos e contribuir para o fortalecimento e amadurecimento da luta feminista e democrática no Brasil. A fim de embasar teoricamente a análise, foi feita uma pesquisa bibliográfica e discutiu-se os conceitos-chaves (gênero, sexo, feminismo, patriarcado, democracia, movimentos sociais e ciberativismo) para o adensamento da reflexão, a partir de uma perspectiva dialético-crítica. Para o levantamento dos dados mistos, elaborou-se um questionário semiestruturado que contou com 2.617 respostas voluntárias, individuais, públicas e anônimas. O resultado encontrado foi de um perfil de participação que representa alguns privilégios na sociedade brasileira, como racial, econômico, educacional e regional, apesar de compartilharem motivos que justificam sua participação no movimento, que se deu, majoritariamente no âmbito online, como o fomento ao discurso de ódio, intolerância às diferenças e as manifestações machistas e racistas de Bolsonaro.

Palavras-chave: Feminismo. Democracia. Ciberativismo.

ABSTRACT

This article analyzes the movement #elenão, the result of the process of resistance to the election of Jair Bolsonaro. Its objectives are to know the profile and perspectives of those who participated in the movement; reflect on the dialectical relationship between academy-society in order to understand how both are influenced and to which direction they have been heading; understand what the target audience considers participation in the movement, as well as their motivations; understand cyberactivism as an intrinsic phenomenon to contemporary social movements and contribute to the strengthening and maturation of the feminist and democratic struggle in Brazil. In order to theoretically base the analysis, a bibliographic research was carried out and the key concepts (gender, sex, feminism, patriarchy, democracy, social movements and cyberactivism) were discussed for the densification of the reflection, from a dialectical-critical perspective. For the survey of mixed data, a semistructured questionnaire was elaborated, which had 2,617 voluntary, individual, public and anonymous responses. The result found was a participation profile that represents some privileges in Brazilian society, such as racial, economic, educational and regional, despite sharing reasons that justify their participation in the movement, which took place, mostly in the online sphere, such as promoting hate speech, intolerance to differences and male chauvinism and racist manifestations of Bolsonaro.

Keywords: Feminism. Democracy. Cyberactivism.

¹ Assistente Social, feminista e autora; Pós-graduanda na Especialização em Estudos de Gênero da Universidade Federal de Santa Maria (Brasil). E-mail: maria.nosvitz@gmail.com.

² Orientadora; Professora Adjunta do Departamento de Ciências Sociais, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais e da Especialização em Estudos de Gênero da Universidade Federal de Santa Maria (Brasil). Doutora em Sociologia pelo Instituto Universitário de Lisboa (Portugal). Mestre em Sociologia e Bacharel em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Brasil). Pesquisadora do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Mulher e Gênero (NIEM/UFRGS) e do Grupo de Estudos Gênero, Cultura e Saúde (GEPACS/UFSM). Coordenadora do Projeto “Metodologia Feminista e Decolonial: possibilidades e desafios”. E-mail: mariana.gomes@ufsm.br

1 INTRODUÇÃO

O ano de 2018 foi marcado por importantes acontecimentos no Brasil. O assassinato (ainda não solucionado) da vereadora do Partido Socialismo e Liberdade – PSOL que se definia como “feminista, negra, mãe, lésbica e cria da favela da Maré”, Marielle Franco e de seu motorista Anderson Gomes, a prisão do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva decretada pelo então juiz Sérgio Moro pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro, no caso do triplex do Guarujá (SP), a greve de 10 dias da categoria dos caminhoneiros para exigir uma redução nos preços do óleo diesel são alguns fatos que se destacaram. Em setembro do mesmo ano, paralelo à campanha dos candidatos à presidência do Brasil, aconteciam manifestações contrárias a eleição de Jair Messias Bolsonaro (na época, do Partido Social Liberal – PSL), movimento que ficou conhecido como #elenão. Em outubro Bolsonaro vence o seu concorrente Fernando Haddad (do Partido dos Trabalhadores – PT) no segundo turno das eleições presidenciais.

Neste contexto, o presente trabalho tem como temática as manifestações de resistência do ano de 2018 à eleição do atual presidente, Jair Bolsonaro, expressas através da #elenão e a sua correlação com as atuais pesquisas na área dos estudos feministas e de gênero. O objetivo geral é traçar o perfil e mapear as perspectivas de quem participou do movimento. Os objetivos específicos são: (1) refletir sobre a relação dialética entre academia-sociedade ou teoria e empiria, mais especificamente, entre os estudos feministas e de gênero e os movimentos feministas cibernéticos - movimento #elenão -, a fim de compreender como ambos se influenciam e à qual direção tem se rumado; (2) conhecer o perfil e as perspectivas de quem participou do movimento, através de um levantamento de dados a partir de um questionário semiestruturado; (3) entender o que o público alvo considera como participação no movimento, assim como as suas motivações para tal; (4) compreender o ciberativismo enquanto um fenômeno intrínseco aos movimentos sociais contemporâneos e (5) contribuir como o fortalecimento e amadurecimento da luta feminista e democrática no Brasil.

Portanto, o problema dessa pesquisa busca responder o questionamento de quem participou do movimento #elenão e por quê. Para tanto, o impacto e significado político social desse movimento precisa ser estudado, a fim de compreender de que forma as principais referências dos estudos feministas e de gênero têm contribuído para os atuais movimentos feministas cibernéticos, nesse caso, o movimento #elenão. A fim de atingir os objetivos, primeiramente serão apresentados os conceitos de gênero, sexo, feminismo, patriarcado,

democracia, movimentos sociais e ciberativismo, propondo-se, assim, a discutir acerca de suas interconexões expressas tanto no campo acadêmico quanto na prática do movimento #elenão.

No segundo momento, será descrita a metodologia e os instrumentais utilizados na pesquisa online realizada através do questionário semiestruturado “#ELENÃO: perspectivas de quem participou do movimento”, assim como o resultado dos dados coletados e, por fim, a reflexão dialética entre teoria e empiria dos mesmos, utilizando como base os conceitos inicialmente discutidos. Faz-se importante situar a proposição dessa discussão, alocada em uma sociedade capitalista estruturalmente machista, racista e desigual. A assistente social Mirla Cisne (2018) discute essa temática de forma contundente, defendendo, através do método dialético crítico, a imprescindibilidade de compreender cientificamente o feminismo como movimento social, perpassado por diferenças étnicas³, de raça e de classe.

Apesar da tradição pela busca da neutralidade na ciência, Mariana Selister Gomes, Eduarda Quatrin Casarin e Giovana Dutra (2019), pesquisadoras da Teoria Feminista, argumentam em defesa de um *conhecimento situado*⁴, engajado e transparente (LÖWI, 2000 apud GOMES; CASARIN; DUTRA; 2019), que considere o lugar de fala e a realidade social do (a) pesquisador (a) como algo importante para a produção acadêmica. Simone de Beauvoir, ainda em 1948, já evidenciava a problemática da neutralidade e da objetividade nas Ciências, pois reproduzia a inferiorização das mulheres a partir de uma suposta autoridade científica. Essa seria uma possível causa de silenciamento das vozes das mulheres, naturalizando, assim, o homem como sujeito do conhecimento (GOMES; CASARIN; DUTRA, 2019). Portanto, se faz imprescindível demarcar que a escolha por esse tema deriva das inquietações profissionais e, também, pessoais da acadêmica, que é mulher, militante feminista e pesquisadora dos estudos feministas.

³ Por raça/etnia, orienta-se a partir de SARDENBERG (p. 62, 2015), que os define e diferencia da seguinte forma: “o conceito de ‘raça’ continua a ter relevância sociológica, vez que processos de ‘racialização’, classificação e inferiorização de determinados grupos com base nas suas características físicas: remetem à transmissão de traços fisionômicos, qualidades morais, intelectuais, psicológicas, etc. Apesar de não ter validade como conceito científico, raça ainda tem validade social, pois é a ideia que fundamenta o racismo existente em nossa sociedade. Já etnia remete à transmissão de traços fisionômicos, qualidades morais, intelectuais, psicológicas, etc. Não cabe, pois, substituir o termo ‘raça’ por ‘etnia’; esses termos não são intercambiáveis, já que se referem a fenômenos distintos.”

⁴ De acordo com Ilana Löwy, esse conhecimento baseado na própria experiência pode proporcionar saberes que tendem a beneficiar as pessoas que vivenciam uma realidade parecida com a analisada, “percebemos facilmente que cada fato carrega as impressões da comunidade científica que o produziu” (LÖWY, 2000 apud GOMES; CASARIN; DUTRA; 2019 p. 33).

2 DESENVOLVIMENTO

2.2 PATRIARCADO E FEMINISMO

Fruto de algumas inquietações como pós-graduanda em Estudos de Gênero, esse trabalho, cumprindo o objetivo macro da pesquisa acadêmica, surge a partir de uma questão dialética, teórica e empírica relacionada à transformação social: qual a consequência desse campo de pesquisa e produção acadêmica para os atuais movimentos sociais, dentre os quais optou-se por investigar o movimento #elenão. Faz-se importante explicar que existem diversas vertentes dentro do movimento feminista e não se pretende hierarquizá-las aqui, entretanto, quando utilizada a palavra feminista, refere-se às mulheres que se opõem ao sistema patriarcal exploração.

As pesquisas no campo das desigualdades de sexo têm se estruturado, majoritariamente, a partir do conceito de gênero para explicar as relações sociais entre os sexos. Porém, a epistemologia da palavra gênero possibilita outras diversas interpretações. De acordo com o dicionário de Oxford Languages significa “conjunto de seres ou objetos que possuem a mesma origem ou que se acham ligados pela similitude de uma ou mais particularidades”.

A historiadora e pesquisadora do tema Joan Scott (1995) argumenta que o conceito de gênero, no seu uso mais simples, é entendido como sinônimo de “mulheres”, substituindo o tema da história das mulheres pela palavra “gênero”, principalmente por tornar esse campo de pesquisa mais aceitável politicamente falando. Segundo a autora, essa interpretação do “gênero” inclui as mulheres sem necessariamente as nomear, diferentemente do termo “história das mulheres”, que carrega consigo uma posição política por reconhecer as mulheres como sujeitos históricos. Scott explica que “o gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo **sexuado**” (p. 75) e que a sua utilização possibilita compreender todo o sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado por ele e também não determina a sexualidade, colocando em questionamento a ideia de heterossexualidade como norma. Apesar disso, a autora defende a categoria gênero pelo seu caráter científico, principalmente por possibilitar uma análise além do determinismo biológico nas relações entre os sexos, dando-lhes um caráter fundamentalmente social.

Por outro lado, Luis Miguel (2014) alerta que a categoria “mulheres” é o resultado de uma ambiguidade, pois, a mulher que se fala é produto das relações de opressão que se quer abolir, afinal, o gênero se expressa no cotidiano das mulheres como *opressão e identidade*. Apesar da crítica, a autora compreende que a recusa à categoria coletiva “mulheres” como

válida, acaba por impossibilitar a atuação do feminismo como movimento político, uma vez que ele deixaria de se referir a qualquer grupo social concreto.

Portanto, gênero, apesar representar uma categoria social sobre um corpo sexuado, não se refere necessariamente ao sexo, assim como relações de gênero e relações sociais de sexo são distintas, ainda que muitas vezes sejam tratadas como sinônimas. Para uma melhor compreensão do segundo é importante situar a sua origem, que está na escola feminista francófona e que em sua língua original é denominado *rappports sociaux de sexe*. *Rapport* significa relações sociais amplas e se torna melhor traduzido, de acordo com Janaiky Almeida (2017, p. 72) como “relações **patriarcais** de sexo” (CISNE, 2018). Como ressalta Saffioti (2004, p. 138) “Gênero é um conceito por demais palatável, porque é excessivamente geral, a-histórico, apolítico e pretensamente neutro. Exatamente em função de sua generalidade excessiva, apresenta grande grau de extensão, mas baixo nível de compreensão”.

Além de polissêmico e de não nomear explicitamente os sujeitos das relações sociais de sexo, o conceito de gênero, por vezes, possibilita um distanciamento do sujeito político *mulher* e de suas lutas, circunscrevendo-se no chamado “feminismo acadêmico”. É, portanto, um conceito cujo conteúdo, se apartado das relações sociais de classe e “raça”, e da luta pela erradicação das explorações e opressões daí decorrentes [...] dificulta a compreensão da problemática que envolve as relações sociais de sexo [...] especialmente quando não é utilizado de forma associada ao patriarcado (CISNE, 2018, p. 77).

Justifica-se assim a escolha pela utilização de relações patriarcais de sexo ao invés de relações de gênero pois acredita-se que a adoção do conceito feminista francófono representa melhor a perspectiva teórico-política que se expressa nessa pesquisa, a dialético-crítica. Thaísa Closs (2015) argumenta que o método dialético-crítico assim como a crítica marxiana à sociedade burguesa capitalista são fundamentais para a pesquisa nas ciências humanas e sociais, tanto por sua vinculação a partir da práxis social transformadora, quanto pelo seu caráter abrangente na análise dos fenômenos sociais, ao situá-los na totalidade sócio histórica, possibilitando, assim, a formulação pela busca da emancipação humana.

O patriarcado se estrutura como base da exploração e apropriação das mulheres e para entender essa categoria indispensável para uma análise de totalidade, optou-se pelos estudos de Carole Pateman (1988), Heleieth Saffioti (2004) e Friedrich Engels (2012). Engels (2012) explica que o patriarcado se estabelece atrelado às reivindicações pela propriedade privada, a partir dos interesses da transmissão por herança e a conseqüente necessidade de as mulheres serem monogâmicas (condição não legitimada socialmente aos homens), a fim de que os homens pudessem saber quem seriam seus herdeiros. Dessa forma, a mulher se torna um mero

instrumento de reprodução, tanto por gestar e parir, quanto por executar os trabalhos domésticos, essenciais à reprodução da vida.

Apesar da definição literal de patriarcado, de acordo com Delphy (2009, p. 174) ser “a combinação das palavras gregas *pater* (pai) e *arke* (origem e comando)” resultando em “autoridade do pai”, esse sistema extrapola o âmbito privado. Como escreve Safiotti (2004, p. 58), ele reduziu as mulheres a “objetos de satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros, de força de trabalho e novas reprodutoras”.

A obra “O Contrato Sexual” (1988) da Cientista Política já citada Carole Pateman, foi e ainda é um divisor de águas na interpretação do patriarcado para além do “direito paterno”. Através de uma densa e rica discussão crítica sobre a invisibilidade do estabelecimento de um sistema patriarcal embutido no contrato social de Rousseau (base teórica dos contratualistas), a autora explica que, assim como os capitalistas podem subordinar os trabalhadores, os maridos podem subordinar as esposas, subordinações essas legitimadas por contratos, respectivamente, o de trabalho e o de casamento. O contrato social supostamente estabelece uma liberdade universal que ela descreve como “ficção política”, uma vez que dá origem a direitos políticos através de relações de subordinação e dominação das mulheres.

Com relação às feministas da época, Pateman (1988) expõe que desde o ressurgimento da Defesa dos Direitos da Mulher, de Mary Wollstonecraft, em 1772, comenta-se sobre a complexa interdependência da esfera civil e pública (estrategicamente ignoradas no contrato social), e que, entretanto, continua-se a tratar a sociedade civil como algo independente, perpetuando a lógica da naturalização da condição de subalternidade da mulher, sem reconhecer que “o contrato original cria a sociedade civil patriarcal em sua totalidade” (PATEMAN, 1988, p. 29).

Carole comenta que o conceito de patriarcado causou diversas discussões e confusões entre feministas acerca de seu significado e que, inclusive, chegou a ser cogitado por algumas o seu abandono, porém, ela argumenta que “Seguir tal caminho representaria, na minha maneira de entender, a perda, pela teoria-política-feminista, do único conceito que se refere especificamente à sujeição da mulher e que singulariza a forma de poder político que todos os homens exercem pelo fato de serem homens.” (PATEMAN, 1988, p. 39).

O contrato original é um pacto sexual-social, mas a história do contrato sexual tem sido sufocada. [...] A história do contrato sexual também trata da gênese do direito político e explica por que o exercício desse direito é legitimado; porém, essa história trata o direito político enquanto *direito patriarcal* ou instância do sexual - o poder que os homens exercem sobre as mulheres. [...] A nova sociedade civil criada através do contrato original é uma ordem social patriarcal (PATEMAN, 1988, p. 15 e 16).

Nas palavras de Saffioti, “[...] o patriarcado não se resume a um sistema de dominação, modelado pela ideologia machista. Mais do que isto, ele é também um sistema de exploração. Enquanto a dominação pode, para efeitos de análise, ser situada essencialmente nos campos político e ideológico, a exploração diz respeito diretamente ao terreno econômico” (SAFFIOTI, 1987, p. 50). Segundo Cristine Delphy (2015), pode-se constatar a existência em nossa sociedade de dois modos de produção, o industrial, que produz a maioria das mercadorias, e o familiar, que produz os serviços domésticos e a reprodução da vida. O primeiro estabelece a exploração capitalista e o segundo a exploração patriarcal.

Portanto, a partir do reconhecimento do atual modelo societário majoritariamente presente na sociedade ocidental como patriarcal-racista-capitalista, torna-se relevante explicar que as relações sociais de sexo, “raça” /etnia e classe submetem os sujeitos sociais simultaneamente à diversas relações de força, poder, controle e posse (FALQUET, 2012). Acredita-se, então, que essas relações sociais são “consubstanciais” e “coextensivas” (KERGOAT, 2010), pois “a força de trabalho que se vende é indissociável do corpo que a porta, e as suas formas de apropriação e exploração estão definidas não só pelas relações de classe como também de “raça” /etnia e de gênero” (ÁVILA, 2011, p. 65).

As relações sociais são consubstanciais; elas formam um nó que não pode ser desatado no nível das práticas sociais, mas apenas na perspectiva da análise sociológica; e as relações sociais são coextensivas: ao se desenvolverem, as relações sociais de classe, gênero e “raça” se reproduzem e se coproduzem mutuamente (KERGOAT, 2010, p. 94).

De acordo com Sueli Carneiro (2003, p. 1) no Brasil e na América Latina, a miscigenação, fruto da violação colonial pelos senhores brancos contra as mulheres negras e indígenas, resultou na construção da identidade nacional, embasando o mito da democracia racial latino-americana. A autora, ao criticar a utilização do termo, explica que o que poderia ter ficado como história do período colonial ainda permanece vivo no imaginário social, adquirindo novas funções na ordem social supostamente democrática que “mantém intactas as relações de gênero segundo a cor ou a raça instituída no período da escravidão”. Faz-se importante demarcar que, após 19 anos da publicação de Sueli, o termo miscigenação é considerado ultrapassado, inclusive pela autora, pois pode dar margem, como ela explicava ainda em 2003, ao mito da democracia racial brasileira.

Esse debate acerca das diversas formas de opressão interligadas que situam os sujeitos nessa sociedade, foi inicialmente protagonizado por mulheres negras, como Angela Davis (1981) e, posteriormente, nomeado através do conceito de Interseccionalidade. De acordo com

Kimberlé Crenshaw (2002), interseccionalidade é entendida como um conceito que busca capturar a interação das estruturas dinâmicas entre dois ou mais *eixos de subordinação*. Objetiva tratar fundamentalmente sobre a forma como o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas de dominação criam desigualdades. Além disso, trata de como ações e políticas geram opressões que fluem no interior de tais eixos, resultando de forma dinâmica no desempoderamento.

Em contraponto, a filósofa francesa Elsa Dorlin (2016) escreve que esse conceito estabiliza as relações de maneira fixa e cria setores de mobilizações. Ela reflete que esse raciocínio reproduz o discurso dominante, pois naturaliza e limita os sujeitos em identidades subalternas, previamente definidas. O argumento da autora se sustenta na crítica da adoção de categorias, ainda que interseccionadas, pelo risco de invisibilizar aspectos fortes da dominação e de estratégias de resistência. Assim, a noção proposta pela interseccionalidade, de multiposicionalidade, pode apresentar um problema, pois não existem posições fixas por estarem em perpétua evolução e renegociação.

A construção dos problemas e a produção da crítica à sociedade e à política precisam levar em conta gênero, classe e raça, além de outros elementos, como sexualidade, deficiências ou geração. Mas, se isso simplesmente levar a uma multiplicação sem fim de posições particulares, perde-se uma vez mais a possibilidade de conceber uma ação política transformadora. No limite, a multiplicação das particularidades nos leva de novo ao liberalismo: cada indivíduo é único, logo as injustiças são também individuais e a ação política pode ser pensada como nada mais do que ação individual auto interessada (BIROLI; MIGUEL, 2014, p. 152).

Sobre a trajetória sócio-histórica da luta das mulheres como reações políticas causadas pelo patriarcado, de acordo com a Universidade Livre Feminista⁵, tem-se como o primeiro documento a reivindicar a igualdade jurídica entre os sexos a “Declaração dos Direitos da Mulher”, escrito em 1771 pela militante francesa Olympe de Gouges durante a Revolução Francesa. Elaborado como uma crítica a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, que garantia direito à liberdade apenas aos homens, foi rejeitado e, só em 1986, republicado e

⁵ “É um projeto feminista, construído de forma coletiva e colaborativa, cujo objetivo é congrega, catalisar e fomentar ações educativas, culturais, artísticas; de produção de conhecimento e compartilhamento de saberes acadêmicos, populares e ancestrais, numa perspectiva contracultural feminista, antirracista e anticapitalista. Através da Universidade Livre pretendemos promover a reflexão e a troca de ideias, vivências e experiências entre mulheres de diferentes identidades e campos de atuação (político, artístico, cultural, acadêmico, comunitário), assim como com outros grupos e indivíduos. Em um processo contínuo de autoformação, a Universidade Livre Feminista busca estimular a formulação de análises e métodos que fortaleçam a ação política, individual ou coletiva, das mulheres em toda a sua diversidade, de modo que, juntas, possamos contribuir para a construção de uma sociedade justa, igualitária, não hierárquica, criativa e libertária.” Informações retiradas do link: <http://feminismo.org.br/historia/>, em 10/11/2020. Para saber mais, indica-se a consulta completa ao site.

disponibilizado para consulta. No Brasil, a primeira manifestação oficial de resistência feminina está no livro “Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens”, escrito por Nísia Floresta⁶.

Saffioti (2013) contextualiza as manifestações feministas no Brasil a partir da visita da Dra. Bertha Lutz a Londres, pouco antes da Primeira Guerra Mundial. Nesse momento o feminismo inglês se encontrava em um de seus momentos mais violentos. Ao retornar ao Brasil, Bertha Lutz torna-se, através da imprensa e da tribuna, em defensora da emancipação das mulheres, fundando a primeira sociedade feminista brasileira. A questão do trabalho da mulher foi uma das maiores preocupações do movimento feminista brasileiro na época, porém, como condição antecedente, se fazia necessário organizar a luta pelo voto feminino. A constituição de 1934, que contou com duas mulheres (Carlota Pereira de Queiroz e Bertha Lutz) na elaboração de seu projeto, oficializaria, finalmente, o voto feminino. A autora explica que as feministas brasileiras não enfocaram análises na realidade econômico-social nacional ou na sociedade capitalista. Inicialmente tiveram como referência as feministas europeias e logo após, as norte-americanas, influenciadas pelas realidades de outras nações.

Céli Pinto (2003), ao longo dos capítulos de seu livro *Uma História do Feminismo no Brasil*, aborda que com o golpe de 1937 (que é caracterizado também como a Ditadura do Estado Novo), instaurado pelo Getúlio Vargas, que esteve no poder desde então por 15 anos sem eleições, ocorre um longo período de refluxo do movimento feminista que se estende até as primeiras manifestações nos anos 1970. No entanto, isso não significa que esse fato histórico não impactou no movimento feminista ou que durante esse período as mulheres não tiveram nenhum papel no mundo público; muito pelo contrário, houve momentos importantes de participação da mulher, como o movimento no início da década de 1950 contra a alta do custo de vida, por exemplo. Estes grupos de mulheres problematizaram e lutaram pela transformação da condição de dominação à qual estavam submetidas.

Em 1964 o Brasil vê sua breve democracia ser substituída por um regime autoritário, quando os militares tomam o poder e declaram a Ditadura Militar (que se perpetuou até 1985). O movimento de esquerda carregava como objetivo central questionar a ordem capitalista e dessa forma, havia o receio de que o movimento feminista pudesse ser um risco de desviar o foco, visto que o próprio capitalismo se sustenta nas diferentes formas de opressão, aproveitando-se delas para alienar.

⁶ Escritora nordestina que viveu no século XIX foi uma das precursoras de conceitos feministas no país; ao longo de sua vida, participou de campanhas abolicionistas e republicanas mas militou, principalmente, pelos direitos das mulheres, tendo escrito o livro “Direitos das mulheres e injustiça dos homens”. Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/nisia-floresta-a-feminista-brasileira-que-voce-nao-encontrara-nos-livros-de-historia/>. Consultado em 02/12/2020.

Nesse contexto, o autoritarismo praticado pelo Estado dava pouca possibilidade para que outras pautas, as quais diziam respeito especificamente às demandas das mulheres, viessem à tona. Por um lado, as mobilizações de mulheres basicamente se somavam às formas de resistência à ditadura; por outro, o próprio engajamento político de mulheres já trazia em si, uma revisão de uma ordem de sexo que colocava as mulheres num papel secundário (SARTI, 2004), ainda que não reconhecidas em bandeiras assim chamadas feministas.

De acordo a matéria do Portal Geledés “Mulheres e feminismo no Brasil: um panorama da ditadura à atualidade”⁷, no caderno Questões de Gênero, com autoria de Adriano Senkevics (2013), foi com a declaração, por parte da ONU, no ano de 1975 como o Ano Internacional da Mulher, que o feminismo passou a ganhar visibilidade. Debates feministas, antes majoritariamente privados, começaram a tornar-se públicos. Conforme a década se aproximava do fim, acontecia o processo de abertura política, quando a repressão passou a ser reduzida, ao mesmo tempo, tomava forma uma ampla mobilização social. A historiadora Ana Maria Colling (1997, p. 9), acrescenta:

Fica evidente que, para a ditadura militar brasileira, a mulher militante não era apenas uma opositora ao regime militar; era também uma presença que subvertia os valores estabelecidos, que não atribuíam à mulher espaço para a participação política. Como a questão está presente na sociedade e nas próprias organizações de esquerda, pode-se concluir que as relações de gênero têm uma dimensão que perpassa todas as instâncias e instituições sociais.

A atuação dos movimentos feministas no Brasil foi determinante para que o processo de revisão do texto constitucional incorporasse praticamente todas suas propostas encaminhadas à Assembleia Nacional Constituinte. A Constituição Federal de 1988 cita, no Artigo 5º, que todos os homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações (BRASIL, 1988).

A partir dos anos 90 é possível afirmar que os estudos sobre as condições das mulheres foram se ampliando, em direção a mulheres heterogêneas, de classes, raças/etnias e orientações sexuais diversificadas, com necessidades distintas, mas vítimas da mesma opressão de sexo. Além disso, nesse momento, as ações coletivas e os movimentos sociais também começam a ser transformados pelas possibilidades de comunicação via internet, o que possibilita, também no espaço digital, a reafirmação de seus objetivos e no caso dos movimentos feministas, o seu papel fundamental no processo de resistência ao patriarcado.

⁷ Texto completo disponível em: <https://www.geledes.org.br/mulheres-e-feminismo-no-brasil-um-panorama-da-ditadura-a-atualidade-por-adriano-senkevics/>. Acesso em 15 dez. 2020.

Em sua tese de doutorado em Sociologia, a pesquisadora Ana Paula Martins (2018, p. 183) justifica que essa breve contextualização dos movimentos feministas e de mulheres no decorrer do século XX situa o avanço das mobilizações contemporâneas e os retrocessos políticos que envolveram mulheres de diferentes gerações, na direção da superação das assimetrias de *gênero* (ou relações patriarcais de sexo), raça/etnia e ao combate das desigualdades. As conquistas sociais do último século são interpretadas, então, “como estruturas de oportunidades políticas das quais derivam as expressividades dos movimentos feministas e de mulheres na contemporaneidade.”.

Compreender a necessidade de observar e pesquisar os atuais movimentos sociais a partir da ótica de suas atuações online é imprescindível às ciências sociais, principalmente no campo dos estudos feministas e de gênero, considerando a crescente apropriação dos meios digitais para a organização e estruturação dos movimentos feministas. Portanto, será contextualizado brevemente a seguir o movimento #elenão a partir da ótica da cibercultura, mais especificamente, do ciberativismo.

2.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CIBERATIVISMO: O MOVIMENTO #ELENÃO

Segundo Cisne (2018), existe uma questão indispensável para a auto-organização das mulheres: a formação da consciência militante. Trata-se de entender que, nas palavras de Raya Dunayevskaya (2003, p. 12):

Nossos corpos têm cabeças, e essas, também, pertencem somente a nós. E quando recuperarmos nossos corpos e nossas cabeças, também recuperaremos a noite. Ninguém, exceto nós mesmas, como mulheres, alcançaremos nossa liberdade. E para isso precisamos de total autonomia.

Portanto, não basta perceber a liberdade como uma possibilidade, é necessário envolver processos reais, que embora sejam processados individualmente, são determinados através das relações e lutas que cada uma estabelece individual e coletivamente. Também para a autora, a questão da relevância da auto-organização está em ser uma metodologia necessária para a construção da mulher como ser social, sujeito revolucionário e para construir, a partir de hoje, novas relações sociais, livres de apropriações, opressões e explorações. Nesse sentido, cabe observar que o objetivo das forças populares das mulheres é a conquista de direitos sociais. Não somente, torna-se meio indispensável para possibilitar a elas a apropriação de si e também de se reconhecerem como sujeito político coletivo na luta por transformações da sociedade e, conseqüentemente, de suas vidas (CISNE, 2018).

Apesar de se caracterizar como uma democracia jovem, o Brasil tem em sua história uma constante resistência às mudanças progressistas, o que têm se mostrado cada vez mais forte nos últimos tempos, respaldado e incentivado pelo atual presidente, Jair Messias Bolsonaro. O medo de uma “ameaça comunista” - confundida por qualquer investimento em políticas sociais -, reforçado pelos ideais conservadores nos costumes e liberais na economia resultou em manifestações de ódio às mulheres e surpreendentemente conquista cada vez mais apoiadores.

Como resposta a essa ofensiva e atentas as consequências da eleição de Jair Bolsonaro, mulheres iniciaram um movimento através da hashtag #elenão, estruturado inicialmente no grupo “Mulheres Unidas Contra Bolsonaro” na rede social digital Facebook, que conta atualmente com mais de 2 milhões de membros, proporcionando uma forma de encontro e reconhecimento de ideias. Com relação às hashtags, um estudo de Ana Larissa Oliveira e Marisa Carneiro discute como estas cumprem um papel dual

Elas contribuem para o cálculo interpretativo do leitor, oferecendo pistas contextuais, ou referenciais. Além disso, elas também podem operar para circunscrever a troca comunicativa (ou a postagem) em um ambiente interacional “transitório e licencioso, amplamente frutífero para a ocorrência de ataques verbais e de descortesia, ou de impolidez” (OLIVEIRA; CARNEIRO, 2018, p. 7).

Conscientes da urgência de se manifestar contra o retrocesso de direitos sociais que a vitória de Jair Bolsonaro representa, mulheres organizaram eventos em todo o país para dar visibilidade à gravidade da conjuntura do momento. A situação que se apresenta é bastante desoladora, uma vez que o candidato foi eleito, em contraponto, as mulheres têm um histórico de lutas e conquistas sociais que as permitem hoje serem linha de frente desse processo de resistência. Essa luta social se adapta e se transforma a partir da apropriação dos meios digitais, o que pode ser denominado de feminismo ciberativista ou ciberfeminismo, por isso, essa pesquisa busca contribuir com uma compreensão do ciberativismo enquanto um fenômeno intrínseco aos movimentos sociais contemporâneos.

Para analisar o ciberativismo feminista no Brasil é necessário pensar sobre movimentos sociais e para pensar sobre movimentos sociais é cronologicamente necessário pensar sobre democracia. Considerando o movimento #elenão como objeto de pesquisa desse artigo, particularizou-se a condição social das mulheres e as lutas do movimento feminista e sua relação com a democracia. Justifica-se a escolha desse objeto por compreender que “sobre a opressão e exploração da mulher repousa uma síntese reveladora dos ataques à ampliação dos direitos democráticos em relação às mulheres” (DURIGUETTO; CISNE, 2015, p. 16).

Dessa forma, reconhece-se a necessidade do fortalecimento mútuo da relação academia-sociedade possibilitado também por uma inteligência coletiva que, organizada, dá corpo às lutas sociais. De acordo Ivete Simionatto (2009) a luta social caracterizada por caráter reivindicatório no campo dos direitos de cidadania, é concebida como um momento da luta de classes, correspondendo a um terreno preparatório ao que Gramsci define como "guerra de posições", não se esgotando, portanto, no atendimento de interesses corporativos. As "lutas sociais" são manifestações particulares das "lutas de classe" e abarcam questões específicas, em torno das quais os movimentos se organizam e lutam. O reconhecimento da luta no campo dos direitos e da cidadania, nos marcos do capitalismo, sinaliza que sua conquista integra uma agenda estratégica da luta democrática e popular, visando a construção de uma sociedade justa e igualitária.

Portanto, interpretar-se-á a democracia a partir da perspectiva marxista, que a substantiva nas lutas e ações organizadas das classes subalternas, que aqui está focada nos movimentos feministas. Pode ser vista como um processo impulsionado pelas manifestações de resistência populares no constante exercício dialético de reivindicação e luta por seus direitos, inclusive, por uma sociedade democrática (DURIGUETTO; CISNE, 2015).

Maria Dall'aqua (2019), ao analisar mulheres e democracia, descreveu que a democracia toma formas e instituições variadas dependendo da condição socioeconômica do país e de suas estruturas e práticas políticas, como cita "a democracia política moderna é um sistema de governança em que os governantes são responsabilizados por suas ações no âmbito público pelos cidadãos, agindo indiretamente através de competição e cooperação de seus representantes eleitos" (SCHMITTER; KARL, 1991, apud DALL'AQUA, 2019, p. 4).

Tratando-se da sociedade capitalista e patriarcal onde as disputas entre as classes são inerentes, tendo em vista as contradições presentes na realidade e a necessidade premente da classe dominante perpetuar sua posição de poder e dominação, mais uma vez é reforçada a ideia de Estado como unidade dialética – sociedade política mais sociedade civil – uma soma de coerção a consenso, dominação e direção. Nessa perspectiva, se faz necessário superar não apenas a concentração de riqueza - base estrutural da opressão de classe -, mas as relações patriarcais, racistas e homofóbicas e, dessa forma, pode-se citar como exemplo o movimento #elenão. Na direção de compreender a contemporaneidade dos movimentos sociais, se faz importante refletir sobre a cibercultura.

Para Pierre Lévy (2000 e 2003) - sociólogo e pesquisador em ciência da informação e da comunicação -, a cibercultura se organiza a partir da reunião de intelectuais coletivos no

mesmo ambiente a partir da mediação das tecnologias da informação e comunicação. Com tais tecnologias (ou redes sociais digitais), os saberes dos indivíduos poderão estar em sinergia. A coordenação dos saberes pode ocorrer no ciberespaço, o qual não é apenas composto por tecnologias e instrumentos de infraestrutura, mas também é habitado pelos saberes e interesses dos indivíduos que os possuem. Portanto, essa definição facilita a compreensão da amplitude do movimento #elenão, que se materializou inicialmente na rede social Facebook, espaço que possibilitou uma forma de encontro e reconhecimento de ideias, anseios e motivos para aderir ao movimento.

Para tanto, a socióloga Lívia de Alcântara (2016) aponta que podemos considerar o ciberativismo como uma nova possibilidade comunicativa dos movimentos sociais, caracterizada pela reconfiguração das práticas cotidianas de comunicação, por interações mediadas pelas redes sociais digitais e pela conexão digital entre indivíduos, grupos e sociedade. Ela explica que esse novo padrão comunicativo implica na geração de novas dinâmicas de confronto, temporalidades e espacialidades para a ação coletiva contemporânea, assim como de subjetividades políticas. A pesquisadora Sonia Alvarez (2014, p. 45) ressaltou que a internet a partir das redes sociais digitais têm atualmente um papel de destaque, principalmente na “popularização dos feminismos e na articulação desses campos incipientes e mais precarizados”.

Donna Haraway (1991) utiliza “as relações sociais da ciência e da tecnologia” para elucidar que não se trata de um determinismo tecnológico como consequência inevitável, mas sim de um sistema histórico que depende de relações estruturadas entre os sujeitos. Ela acrescenta ainda que a ciência e a tecnologia renovam as fontes de poder e, dessa forma, se faz necessário renovar também a análise e a ação política (LATOURET, 1984 apud HARAWAY, 1991). Nesse debate, Beatriz Padilla e Mariana Gomes (2016) trazem o exemplo do movimento de mulheres brasileiras em Portugal, que se organizou pela internet, tendo conquistas, mas também, enfrentando barreiras como a falta de liderança, a apropriação por movimentos tradicionais, a falta de permanência no tempo, o empoderamento mais individual do que coletivo.

Não se pretende aqui limitar o movimento #elenão ao ciberativismo, apesar de considerar importante situar esse conceito levando em conta a inicial organização e propagação dele, que alcançou, inclusive, países além do Brasil. As manifestações de maior reconhecimento mundial foram realizadas presencialmente, principalmente, em setembro de 2018, segundo o

Jornal BBC⁸ em mais de 160 cidades brasileiras, além de Nova Iorque (Estados Unidos), Lisboa (Portugal), Londres (Inglaterra) e Paris (França). De acordo com Céli Pinto, em entrevista à BBC, foi a maior manifestação de mulheres no Brasil até hoje. Conforme Maria Schwengber e Naira Pinheiro (2020, p. 9, grifos das autoras):

A expressão #EleNão, e não por isso menos séria, tem potência para perturbar/tensionar o lugar e o espaço hegemônico *dele* nas representações políticas, nas posições públicas. O movimento #EleNão, entendemos que foi, sem sombra de dúvida, uma oportunidade de destacar que *Elas* estão ascendendo em espaços de manifestação pública com palavras, tensionando a primazia do masculino – *Ele* – no campo da política e no espaço público. Ao enunciar #EleNão, *Elas* adentram no debate como significante que argumenta, reivindica posições de falas constitutivas de significação, de valor linguístico. A afinidade com a questão dos sentidos viabiliza também a demarcação de um lugar de voz a *Elas*.

Portanto, considerando o objetivo geral dessa pesquisa, que é conhecer o perfil e as perspectivas das e dos manifestantes que se consideram participantes do movimento, elaborou-se um questionário online semiestruturado para a coleta de dados, que será melhor explicado a seguir.

⁸ Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013>. Acesso em 12/01/2020.

2.3 DISCUSSÃO METODOLÓGICA E RESULTADOS ENCONTRADOS

A pesquisa científica tem como pressuposto responder a problemas específicos de uma determinada realidade, submetendo seu objeto, nesse caso, o movimento #elenão e seus desdobramentos, à observação, a fim de extrair significados e a desvelar a realidade hora ocultada. Dessa forma, tendo em vista o tema, o problema e os objetivos que nortearam o desenvolvimento desta pesquisa, optou-se pela *abordagem teórico-metodológica orientada pelo método dialético-crítico*, de caráter *misto*. Em consonância ao proposto, o referencial crítico metodológico foi adotado por tratar-se tanto do posicionamento ético-político profissional da acadêmica, quanto por apreender os múltiplos aspectos da realidade, transcendendo a análises fragmentadas e superficiais.

O objetivo é alcançar a essência dos fenômenos através da sua relação com a aparência, entendendo que constituem objetos em movimento e que o fim de um processo é sempre o começo de outro. Neste sentido, a dialética situa-se no plano concreto e histórico da realidade, sob a forma da trama das relações contraditórias, conflitantes, de desenvolvimento e transformações dos fatos (FRIGOTO, 1987). “As subestruturas de poder da sociedade capitalista se constituem em uma *unidade dialética*: classe, sexo, “raça” /etnia, na qual essas categorias estão organicamente integradas” (CISNE, 2018, p. 40). De acordo com Saffioti (2004), “o importante é analisar estas contradições da condição de fundidas ou enoveladas ou laçadas em um nó. [...] No nó [...] a dinâmica de cada uma condiciona-se na nova realidade, presidida por uma lógica contraditória” (SAFFIOTI, 2004, p. 125).

Pretendeu-se desvelar as interconexões entre os fenômenos e as relações das partes com a totalidade; apontar as contradições e compreender a historicidade dos fenômenos. Isso posto, ressalta-se que a pesquisa desenvolvida foi do tipo descritiva e analítica. Os dados utilizados são referentes à opinião pública e são anônimos, em consonância com a Resolução nº. 510 do Conselho Nacional de Saúde, de 7 de abril de 2016, que normatiza a ética na pesquisa nas Ciências Humanas e Sociais. Foram coletados a partir de um questionário online, com a maioria das perguntas fechadas e três perguntas abertas (que, por hora, não puderam ser trabalhadas devido ao volume e ficaram para uma pesquisa futura). O referido instrumento foi intitulado “#ELENÃO: Perspectivas de quem participou do movimento”, elaborado através da plataforma online Google Forms⁹.

⁹ O formulário construído pode ser disponibilizado através de um endereço eletrônico e, em quando preenchido pelos respondentes, as respostas aparecem imediatamente na página do Google Forms do usuário que os criou. Fonte: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/seminarios_regionais/trabalhos_regiao/2

Para o alcance do público-alvo, divulgou-se o questionário nas redes sociais digitais (sobretudo nas redes sociais digitais pessoais das autoras) Instagram, Twitter, WhatsApp (em que contou-se com o auxílio de informantes-chaves, com redes de contato na região nordeste do Brasil e/ou militantes do feminismo negro), Facebook e em grupos nesta mesma rede social digital relacionados ao tema, como Mulheres e Homens Unidos Contra Bolsonaro e Mulheres Pela Democracia, a partir da técnica de amostragem “bola de neve¹⁰” ou *snowball*. Sabendo da influência absoluta dos algoritmos¹¹ nas pesquisas online, principalmente aquelas divulgadas a partir das redes sociais digitais, considera-se importante ressaltar que a amostra coletada nessa pesquisa não necessariamente é representativa de todo o movimento #elenão, apesar da tentativa de alcançar o maior número de respondentes possível, a fim de ampliar a sua representatividade na coleta.

O questionário ficou disponível no período de 22 de dezembro de 2020 a 5 de janeiro de 2021, com o objetivo de conhecer qual o perfil das e dos participantes assim como desvelar brevemente as perspectivas acerca do movimento #elenão, totalizando na coleta de 2.617 respostas. Com relação a faixa etária, o perfil encontrado foi o seguinte:

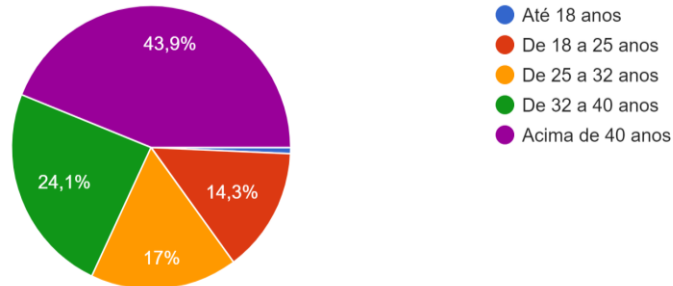
[013/centro_oeste/eixo_1/google_forms_processo_avaliacao_instit_estudo_caso_faculdades_mag.pdf](#). Acesso em 13/12/2020.

¹⁰ “A amostragem em bola de neve mostra-se como um processo de permanente coleta de informações, que procura tirar proveito das redes sociais dos entrevistados identificados para fornecer ao pesquisador com um conjunto cada vez maior de contatos potenciais, sendo que o processo pode ser finalizado a partir do critério de ponto de saturação. [...] A amostragem de bola de neve é utilizada principalmente para fins exploratórios, usualmente com três objetivos: desejo de melhor compreensão sobre um tema, testar a viabilidade de realização de um estudo mais amplo e desenvolver os métodos a serem empregados em todos os estudos ou fases subsequentes.” (VINUTO, 2014, p. 205).

¹¹ De acordo com Sabrina Silva Gomes (2019) “o ciberespaço é um local onde somos vigiados, nossos dados são coletados para interesses mercadológicos e os algoritmos das plataformas sociais incentivam as bolhas ideológicas. Infelizmente todo o conteúdo que aparece na *timeline* segue o pensamento e interesse de cada usuário. Isso é um obstáculo à democracia tanto no cerne do seu conceito e significado quanto para a democracia digital” (GOMES, 2019, p. 3).

Gráfico 1.

Qual é a sua idade?
2.617 respostas

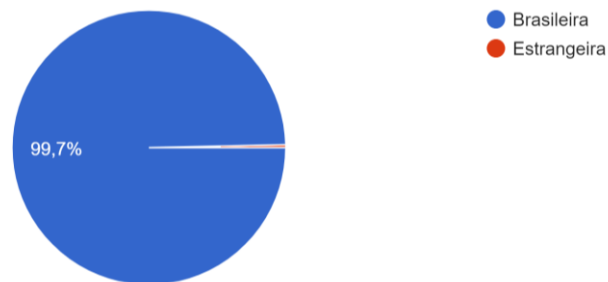


Fonte: resultado do questionário de elaboração própria na plataforma Google Forms.

Encontrou-se um perfil geracional variado, com destaque para pessoas acima de 40 anos: total de 18 participantes têm idade de até 18 anos, 373 de 18 a 25 anos, 446 de 25 a 32 anos, 630 de 32 a 40 anos e 1.150 acima de 40 anos. Quase 70% tem mais de 32 anos, ou seja, não foi um movimento de juventudes, como se poderia imaginar por ter começado de forma online.

Gráfico 2.

Qual é a sua nacionalidade?
2.617 respostas



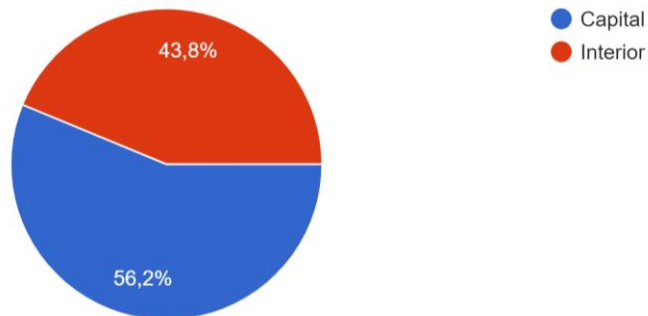
Fonte: resultado do questionário de elaboração própria na plataforma Google Forms.

Com relação a nacionalidade, 2.608 possuem nacionalidade brasileira e 9 são estrangeiras/os, dentre os países estrangeiros estão: Alemanha, Argentina, Canadá, Espanha, Estados Unidos, França, Paraguai, Portugal e Uruguai. Entre os quais são de nacionalidade brasileira, estão presentes nas seguintes regiões: 1.352 são da região sudeste, 747 da região sul, 259 da região nordeste, 181 do centro-oeste e 74 da região norte. Dentre as cidades, 1.470 são de capitais e 1.144 são do interior, o que se mostra bem interessante pela distribuição quase

igualitária entre as opções, portanto pode-se afirmar que não foi um movimento apenas de capitais, como segue:

Gráfico 3.

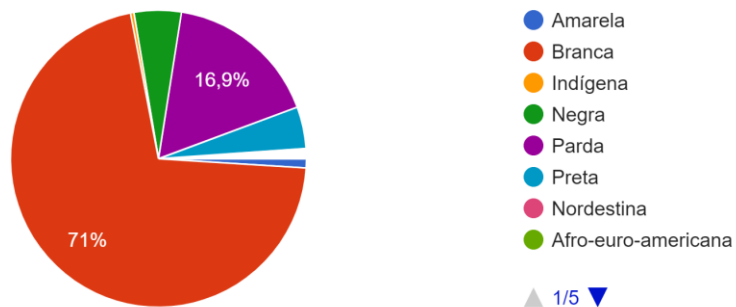
A sua cidade pertence à:
2.614 respostas



Fonte: resultado do questionário de elaboração própria na plataforma Google Forms.

Gráfico 4.

Qual é a sua identificação étnico-racial?
2.617 respostas



Fonte: resultado do questionário de elaboração própria na plataforma Google Forms.

Optou-se por essa pergunta ser de caráter obrigatório considerando a relevância das diferenças e desigualdades étnico-raciais no Brasil, na medida em que se reconhece as suas respectivas discriminações, assim como disponibilizou-se uma caixa aberta para fins de legitimação da autodeclaração de cada participante. As opções sugeridas pelas pesquisadoras foram: amarela, branca, indígena, negra, parda e preta. As opções adicionadas pelas (os) participantes foram: nordestina, afro-euro-americana, mestiça (branca e indígena), cabocla, multiétnica, *miscellaneous*, latina, latino-americana, amarela mediterrâneo, afro-indígena,

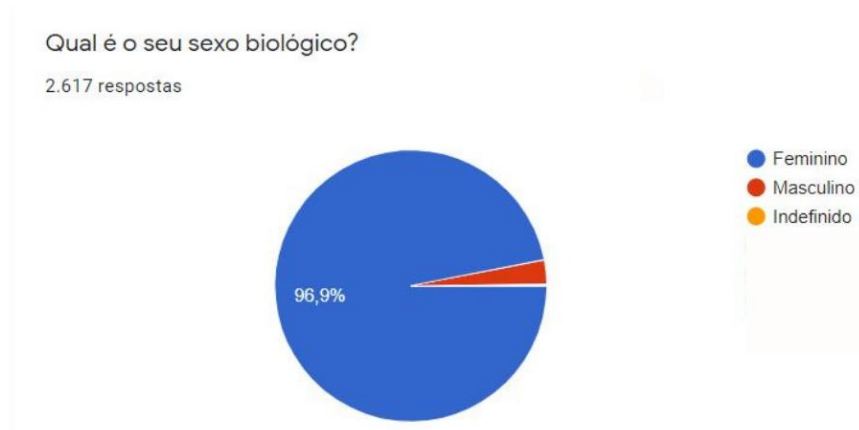
marrom, mestiça que não concorda com denominação parda, afro-ameríndia, miscigenada, não sei e não possui identificação racial.

Essa questão suscita várias reflexões sobre a dificuldade de afirmação da identidade racial no Brasil, que se relaciona com o próprio racismo brasileiro. De acordo com o economista e pesquisador Marcelo Paixão (2015), essa variedade de fenótipos brasileiros “cria uma incontável possibilidade classificatória de modo a tornar tudo em uma grande confusão de formas e cores”

A esse respeito cabe salientar que ao contrário de determinadas interpretações, que tendem a enxergar nessas dificuldades o próprio sucesso da democracia racial à brasileira, no nosso entendimento, tais formas de autoclassificação representam o próprio sucesso do tipo de racismo que se pratica no Brasil. Ou seja, o peso da opressão que se abate sobre os negros é tão grande que muitos desses preferem não se reconhecer enquanto tais, preferindo identificar-se com denominações mais suaves e que, pretensamente, poderiam lhe abrir caminhos de mobilidade e realização social e pessoal no interior de uma sociedade notadamente intolerante aos negros (PAIXÃO, 2015, p. 40).

Considerando o objetivo da pesquisa de conhecer o perfil e as perspectivas dos respondentes, levou-se em conta para a análise não só as categorias estatísticas, mas abriu-se a possibilidade para o autorreconhecimento e identificação, a fim de compreender as perspectivas das e dos participantes sobre si mesmo. Portanto, Marcelo (2015) inclusive reforça que a intenção não é de “impor a quem quer que seja identidades raciais ou étnicas”, entretanto contrapõe que é um dever de quem pesquisa explicar que esses mecanismos de multiplicidade na autoidentificação racial, em um país racista como o Brasil, não alteram fundamentalmente a situação de vida do público que não se reconhece como branco ou negro, pelo contrário, os coloca ainda como grupo discriminado. Por isso, ele reforça a importância da unificação de pretos e pardos como negros e explica que isso não deve ser entendido como “uma violação do princípio do direito à própria identidade [...] porquê nesse caso, essa identidade é imposta, se não tanto pelos militantes ou pesquisadores vinculados ao movimento negro, mas, sim, pela sociedade racista envolvente.” (PAIXÃO, 2015, p. 41). Dessa forma, estatisticamente nessa pesquisa, ao agrupar as diversidades de identificação racial, tem-se 27,6% dos respondentes que correspondem ao grupo negro, 71% ao grupo branco, além de 1% amarelo e 0,4% indígena.

Gráfico 5.



Fonte: resultado do questionário de elaboração própria na plataforma Google Forms.

Das pessoas que responderam ao questionário, 2.536 se consideram do sexo feminino, 76 do sexo masculino e 4 como indefinido. Essa pergunta também contou com uma caixa aberta em que foi adicionado por participantes o comentário “pergunta desnecessária e honestamente ofensiva”. As opções criadas pelas autoras foram: feminino, masculino e indefinido.

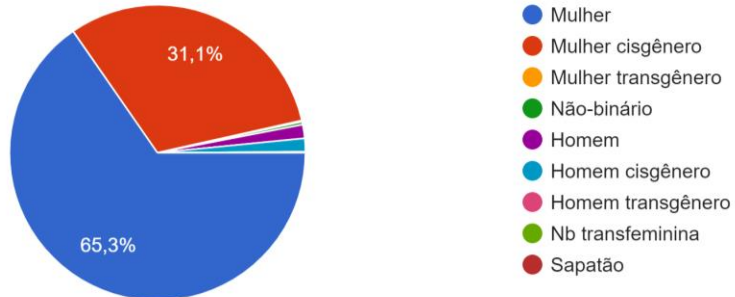
Optou-se por manter separadamente as perguntas sobre sexo biológico e identificação de gênero (como será apresentado a seguir) e não substituir uma pela outra por compreender que, como explicado no item Patriarcado e Feminismo, são categorias que condicionam os sujeitos à diferentes formas de opressão¹². O sistema capitalista-racista-patriarcal se apropria dessas diferenças tornando-as binárias, estabelece uma hierarquia e privilegia um grupo sobre o outro. Considerando o alinhamento teórico e político desse trabalho com as categorias “relações sociais de sexo” e “relações patriarcais de sexo”, bem como, com a crítica à categoria “gênero”, como apresentado anteriormente, optou-se por trazer as duas perguntas no questionário. Com relação a opressão de sexo, o grupo privilegiado é entendido aqui como biologicamente do sexo masculino e, socialmente, homens. A presença extremamente majoritária de mulheres e a baixíssima presença de homens foi um dado a ser destacado.

¹² A título de posicionamento, reconhece-se a existência e a importância de diferentes demarcadores sociais (como de “raça” /etnia, gênero, sexo, classe, idade, orientação sexual [...]), porém, nesse trabalho, a escolha se deu por analisar principalmente a opressão de sexo.

Gráfico 6.

Qual é a sua identificação de gênero?

2.617 respostas



Fonte: resultado do questionário de elaboração própria na plataforma Google Forms.

Com relação a identificação de gênero, surgiram questionamentos entre as autoras sobre como denominar as alternativas de forma inclusiva, justa e acessível. Por isso, decidiu-se por manter as seguintes opções: mulher, mulher cisgênero¹³, mulher transgênero¹⁴, não-binário¹⁵, homem, homem cisgênero e homem transgênero. As demais opções foram adicionadas por participantes, através da caixa aberta: nb feminina¹⁶. 1.710 pessoas se consideram mulher, 815 mulher cisgênero, 39 homem, 38 homem cisgênero, 8 não-binário, 4 mulher transgênero e 1 homem transgênero. Estatisticamente, ao agrupar as autoidentificações nos dois grandes grupos binários de gênero, têm-se 96,6% respondentes que correspondem ao grupo mulher e 3% ao grupo homem. 0,4% restantes correspondem ao grupo não-binário.

Com relação às perspectivas das respondentes na autoidentificação de gênero, é interessante notar a grande participação majoritária de mulheres, além da quantidade significativa daquelas que se identificaram com a categoria “mulher” (65,3%), defendida pelo feminismo clássico, e como “mulher cisgênero” (31,1%), que pode ser entendido como uma denominação oriunda de uma aproximação ao transfeminismo.

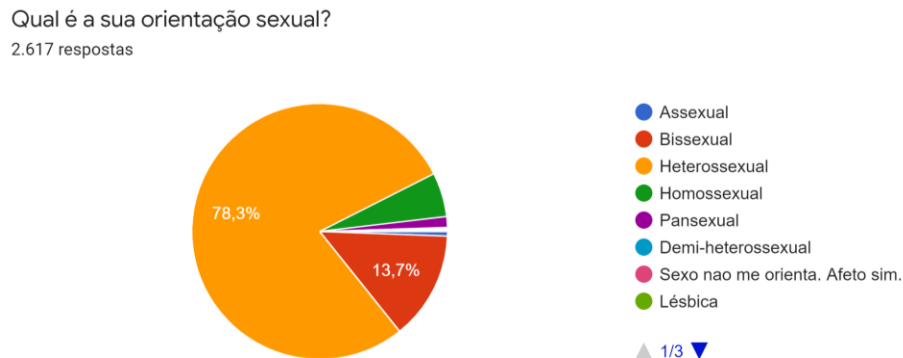
¹³ Cisgênero: pessoa que se identifica com seu sexo biológico e com o gênero consequente dele.

¹⁴ Transgênero: pessoa que não se identifica com seu gênero e/ou sexo biológico.

¹⁵ Pessoa que não se identifica com os gêneros binários masculino e feminino.

¹⁶ “A palavra mulher dessa identidade pode ser substituída por menina, guria, garota, ou outras palavras de significado similar – é uma pessoa não-binária que acha os conceitos de ser mulher e/ou de feminilidade úteis para descrever sua identidade.” Fonte: <https://orientando.org/listas/lista-de-generos/mulher-nao-binarie/>. Acesso em 14/01/2020. Não se encontrou trabalhos acadêmicos sobre essa classificação de gênero.

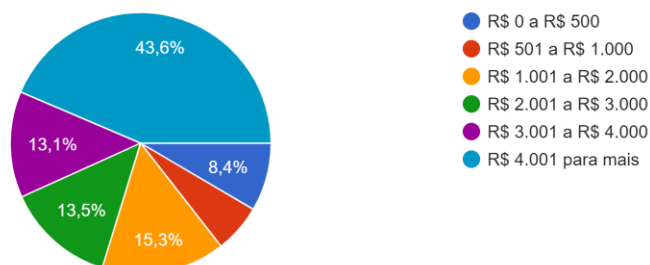
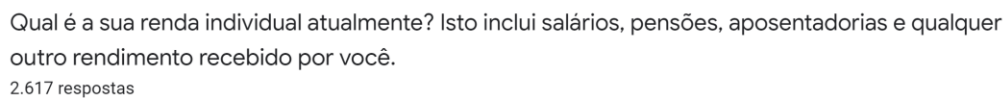
Gráfico 7.



Fonte: resultado do questionário de elaboração própria na plataforma Google Forms.

Sobre a orientação sexual das pessoas que participaram, 2.051 se consideram heterossexuais, 358 bissexuais¹⁷, 146 homossexuais, 36 pansexuais¹⁸, 15 assexuados (as)¹⁹ (categorias sugeridas originalmente pelas pesquisadoras), 1 demi-heterossexual, 1 “sexo não me orienta, afeto sim”, 1 “quando com alguém que me importo faço sexo”, 1 lésbica, 1 abrossexual pan, 1 fluida, 1 demisexual lésbica, 2 demisexual, 1 indefinido e 1 não sei (categorias criadas por participantes, através da caixa aberta). A escolha por esse questionamento se deu pelo movimento #elenão ter como pauta a luta contra a LGBTfobia e, por isso, a orientação sexual acaba por ser um dado importante, principalmente tratando-se de uma sociedade heteronormativa e conservadora, que é o caso do Brasil.

Gráfico 8.



Fonte: resultado do questionário de elaboração própria na plataforma Google Forms.

¹⁷ Que tem atração por ambos os sexos e gêneros.

¹⁸ De acordo com Oxford Languages: que expressa ou envolve a sexualidade em muitas formas diferentes.

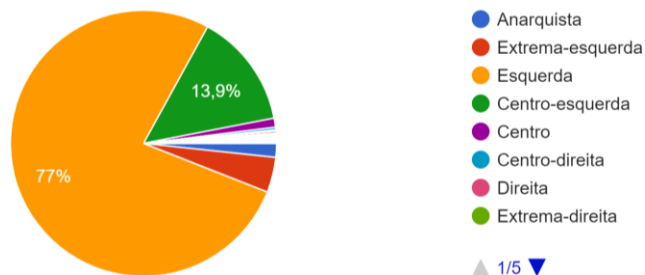
¹⁹ De acordo com o jornal BBC, são pessoas que não se interessam sexualmente por outras. Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-45634242>. Acesso em 14/01/2020.

Por tratar-se de uma sociedade capitalista estruturalmente desigual, em que o rendimento financeiro de cada indivíduo pode, estrategicamente, facilitar ou dificultar o acesso à informação, assim como prejudicar a disponibilidade de participação nos movimentos sociais, considerou-se relevante o questionamento da renda individual de quem participou da pesquisa. Essa pergunta não teve alternativa de caixa aberta, contou apenas com as selecionadas pelas autoras. 1.141 pessoas têm renda individual acima de R\$4.001 reais, 401 de R\$1.001 a R\$2.000, 353 de R\$2.001 a R\$3.000, 344 de R\$3.001 a R\$4.000, 221 de R\$0 a R\$500 e 157 de R\$501 a R\$1.000. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE a renda média mensal dos brasileiros (as) ocupados (as) de 14 anos ou mais de idade, a partir da soma de todos os trabalhos era de R\$ 2.308 em 2019, sendo que a metade dos brasileiros (as) que tiveram os menores rendimentos recebeu, em média, R\$ 850. Portanto, destacou-se o fato de 56,7% terem uma renda alta (acima de R\$ 3.001) para os padrões brasileiros.

A respeito da escolaridade dos e das participantes, 649 disseram possuir graduação completa, 643 especialização completa, 320 graduação em andamento, 285 mestrado completo, 229 doutorado completo, 124 especialização em andamento, 118 mestrado em andamento, 92 ensino médio completo, 87 doutorado em andamento, 40 ensino técnico/profissionalizante completo, 15 ensino técnico/profissionalizante em andamento, 7 ensino fundamental completo, 7 ensino médio em andamento e 1 ensino fundamental em andamento. Esses dados possibilitam entender que a maior parte das e dos participantes tiveram acesso à educação, inclusive ao ensino superior, o que contrasta com a maior parte da população brasileira, que, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em 2019, apenas 17,4% tinham o ensino superior completo, comparado a 46,6% que tinham até o ensino fundamental.

Gráfico 9.

Qual é o seu posicionamento político?
2.617 respostas



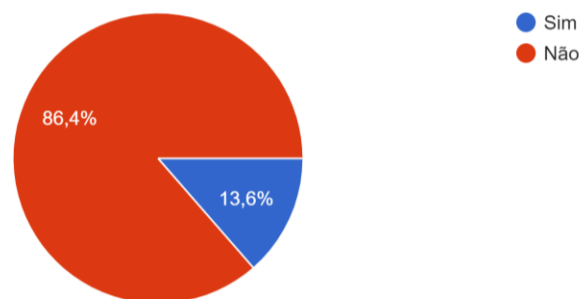
Fonte: resultado do questionário de elaboração própria na plataforma Google Forms.

Essa pergunta também contou com alternativas sugeridas pelas autoras, que foram: anarquista, extrema-esquerda, esquerda, centro-esquerda, centro, centro-direita, direita, extrema-direita. 2.016 pessoas se consideram de esquerda, 366 de centro-esquerda, 112 extrema-esquerda, 44 se identificam como anarquista, 29 centro, 8 centro-direita e 4 de direita. Na caixa aberta foram adicionadas os seguintes posicionamentos individuais: comunista, sem partido, nenhum, “contra o Bolsonaro”, “não tenho”, “sem posicionamento político”, indefinido, “do partido que for à favor do povo”, “sou a favor dos menos favorecidos sempre”, anticapitalista, socialista, humanista, “politizada”, “sempre oposição a fim de levantar questionamentos”, “não possuo posição definida”, “penso no que é melhor”, “não defini”, “sei lá”, “não tenho”, “não tenho lado político, analiso as propostas diante de situação específica”, libertário centro-esquerda, feminista comunitária antipatriarcal, pacifista, “esquerda e flerto com anarquismo”, “contra o que está posto”, nenhuma, libertária, liberal, “sem posicionamento, mas simpatizo com os ideais da esquerda” e sem posicionamento.

A maioria das respostas mostra como o feminismo é um movimento prioritariamente de esquerda, apesar da presença de participantes de centro e de direita, salientando a transversalidade como característica. O grande número de novas alternativas adicionadas individualmente pode demarcar um desencontro político de ideias, talvez fruto da desmobilização corpo a corpo consequente do ciberfeminismo ou, inclusive, do não reconhecimento do feminismo dentro das lutas e conquistas políticas coletivas.

Gráfico 10.

Você é filiada ou filiado a algum partido político?
2.617 respostas



Fonte: resultado do questionário de elaboração própria na plataforma Google Forms.

Sobre a filiação em partidos políticos, 2.263 participantes responderam que não são filiadas (os) a nenhum partido e 355 são. Disponibilizamos uma pergunta não obrigatória sobre

quais seriam os partidos e foram citados: 17 vezes o Partido dos Trabalhadores - PT, 9 vezes o Partido Comunista do Brasil - PCdoB, 5 vezes o Partido Socialismo e Liberdade - PSOL, 3 vezes o Partido Comunista Brasileiro - PCB, 3 vezes o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados - PSTU, 2 vezes o Partido Democrático Trabalhista - PDT, 2 vezes o Partido Verde - PV, 2 vezes o Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, 2 vezes o Partido Social Democrático - PSD, 1 vez o Partido Socialista Brasileiro - PSB, 1 vez o Partido Novo e 1 vez o Rede.

A grande maioria, 86,4%, não possui partido político, o que também é um dado a ser refletido, uma vez que o Brasil é formado por uma democracia “representativa”, que tem os partidos políticos como principal instrumento institucional ao poder no que concerne às decisões políticas. Quanto a isso, Sonia Alvarez (2014) contribui, ao concluir a sua análise, para repensarmos as dinâmicas e mudanças dos feminismos no Brasil e América Latina, ao afirmar que as “atuais” (seu artigo foi publicado em 2014) mobilizações, protestos e manifestações feministas fluídas e “*não cívicas*” (que ela entende como não institucionalizadas) cada vez mais plurais e diferenciados entre si e dentro de si, demandam uma reavaliação metodológica para compreendê-los (ALVAREZ, 2014, p. 45).

No que refere-se ao posicionamento com relação ao movimento feminista e suas vertentes: 1.488 se consideram apenas feminista ou pró-feminismo, 325 se identificam com o feminismo interseccional, 240 com o feminismo marxista, 157 reconhecem a importância do movimento mas não se identificam com nenhuma vertente, 133 pessoas se identificam com feminismo negro, 55 com o feminismo liberal, 51 com o ecofeminismo, 50 com o feminismo radical, 16 com o anarcofeminismo, 15 não se consideram feministas ou pró-feminismo, 9 com o transfeminismo e 78 consideram que não têm propriedade no assunto para opinar. Vale ressaltar que as alternativas foram selecionadas pelas pesquisadoras e que essa pergunta não contou com caixa aberta. Faz-se importante salientar que a maioria não tem um posicionamento específico dentro do movimento, o que sucinta o questionamento, se seria por desconhecimento sobre as vertentes do feminismo ou por realmente não se identificar com nenhuma delas.

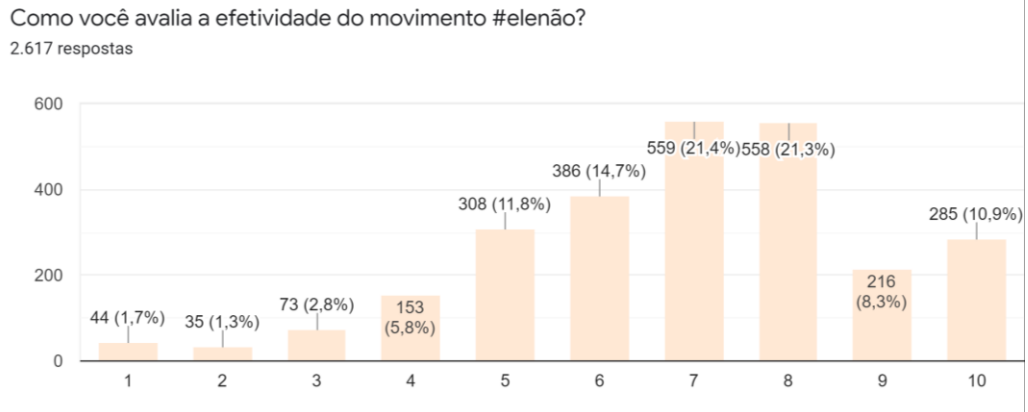
Considerando que o título do questionário delimitou o público em quem participou do movimento, foi necessário compreender o que as pessoas entendem por participação, principalmente por ele ser caracterizado, também, como ciberativismo. As opções disponibilizadas pelas autoras foram: “Manifestando-se online a favor do movimento.” selecionada por 2.235, “Participando pessoalmente das manifestações de rua.” selecionada por 1.699 pessoas, “Participando de grupos no Facebook que organizavam o movimento.”

selecionada por 1.486 pessoas e “Confirmando presença no evento do Facebook.” selecionada por 1.405 pessoas. Portanto a maioria, 85%, considera que participou manifestando-se online a favor do movimento.

Permitiu-se a seleção de mais de uma opção nessa pergunta, além da caixa aberta, em que foram adicionadas, entre outras formas de participação, tais como: ajudando na organização do movimento de rua, tanto na assessoria de imprensa quanto de som, como rede de apoio, disponibilizando a própria casa como abrigo para os manifestantes; dialogando com amigos, familiares e comunidade para explicar os objetivos do movimento; fundando um coletivo feminista na sua cidade; criando estampas e vendendo camisetas com a #elenão; criando e moderando o grupo da rede social digital Facebook em que originou o movimento; organizando manifestações em outros países como Portugal; panfletando à favor do candidato concorrente, no segundo turno; produzindo artes comunicativas para as redes sociais digitais; escrevendo texto e postagens nas redes sociais digitais explicando os objetivos do movimento; entre outras.

Sobre os motivos que levaram à adesão ao movimento, foram elaboradas as seguintes alternativas: “Autoritarismo representado no projeto político de Bolsonaro.” selecionada por 88,7%, “Fascismo incentivado pelo projeto político de Bolsonaro.” selecionada por 91,6%, “Fomento ao retorno de uma Ditadura Militar pelo discurso de Bolsonaro.” selecionada por 89,9%, “Desrespeito à Declaração Universal dos Direitos Humanos por parte de Bolsonaro.” selecionada por 92%, “Violência patriarcal.” selecionada por 79,1%, “Manifestações machistas de Bolsonaro.” selecionada por 95,2%, “Manifestações racistas de Bolsonaro.” selecionada por 94,3%, “Manifestações LGBTfóbicas de Bolsonaro.” 93,7%, “Discurso conservador de Bolsonaro.” selecionada por 82%, “Fomento ao discurso de ódio e intolerância às diferenças.” selecionada por 96,4% e “Incentivo à tortura e armamento.” selecionada por 94,7%. Essa pergunta não contou com caixa aberta. A alternativa mais marcada foi a de “Fomento ao discurso de ódio e intolerância às diferenças.” e a menos marcada foi “Violência patriarcal”. Surpreende o fato da alternativa “Manifestações machistas de Bolsonaro.” ter sido motivo para 95,2% participarem, mas a violência patriarcal, apenas para 79,1%.

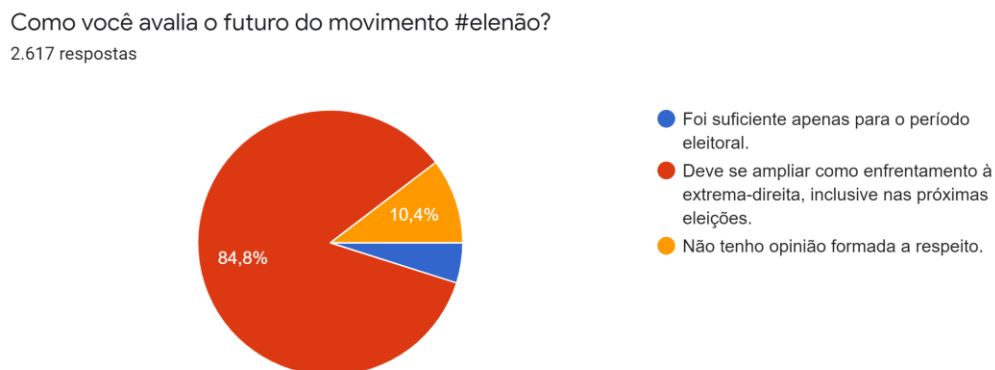
Gráfico 11.



Fonte: resultado do questionário de elaboração própria na plataforma Google Forms.

Com relação às perspectivas dos e das participantes sobre a efetividade do movimento #elenão, disponibilizou-se uma opção em que fosse possível quantificar, de 0 a 10, sendo 0 totalmente ineficaz e 10 totalmente eficaz. 44 deram a nota 1, 35 a nota 2, 73 a nota 3, 153 a nota 4, 308 a nota 5, 386 a nota 6, 559 a nota 7, 558 a nota 8, 216 a nota 9 e 285 a nota 10. Conclui-se então que a maioria considerou que a eficácia do movimento seria de nota 7 para mais.

Gráfico 12.



Fonte: resultado do questionário de elaboração própria na plataforma Google Forms.

Já sobre o futuro do movimento, optou-se por uma pergunta fechada, em que a grande maioria, 2.218 pessoas, selecionaram que “Deve-se ampliar como enfrentamento à extrema-direita, inclusive nas próximas eleições.”; 271 “Não tenho opinião formada a respeito” e 128 “Foi suficiente apenas para o período eleitoral.”.

O questionário elaborado coletou mais de 2 mil respostas e contou com perguntas abertas e fechadas, de caráter qualitativo e quantitativo. Foi dividido em três partes: informações básicas, informações específicas e a sessão direcionada a compreender os motivos que levaram os e as participantes a aderir ao movimento #elenão. Levando em conta a conjuntura pandêmica em que foi elaborado, optou-se por apresentar apenas as de caráter quantitativo por carência de tempo e saúde para analisar de forma responsável os dados qualitativos coletados através das perguntas abertas. Por isso objetivou-se aqui apresentar o perfil e uma breve perspectiva dos e das participantes sobre o movimento. O restante das informações coletadas pretende-se apresentar e analisar em futuros trabalhos, a fim de responder novos questionamentos que possam surgir dessa pesquisa.

3 CONCLUSÃO

A atuação dos movimentos sociais no Brasil tem sido diretamente influenciada, assim como diversas áreas do cotidiano, pelas redes sociais digitais. Como visto anteriormente, as lutas sociais tomam forma a partir do coletivo, ao compartilharem sentimentos comuns, como foi o caso do movimento #elenão. Questionou-se sobre a definição do movimento, se seria um movimento de feministas, um movimento de mulheres e/ou um movimento de resistência à eleição de Jair Bolsonaro apenas. Dessa forma, apresentou-se os dados coletados a fim de alcançar os objetivos de refletir sobre a relação dialética entre academia e sociedade, conhecer o perfil e as perspectivas de quem participou do movimento, compreender o que é considerado como participação pelo público alvo assim como entender o ciberativismo como fenômeno intrínseco aos movimentos sociais contemporâneos.

Na elaboração do questionário, optou-se por oferecer o maior número de possibilidades de respostas possíveis às perguntas, afinal, a intenção não era levantar apenas dados estatísticos, mas também compreender quais as perspectivas das e dos respondentes com relação a si mesmo, para além da perspectiva que obtiveram sobre o movimento. Destarte, por tratar-se de um movimento que luta por grupos historicamente marginalizados, que podem ser definidos assim tanto hegemonicamente, quanto, por consequência, se auto identificarem como hierarquicamente desvalorizados.

Portanto, pode-se afirmar, a partir dos dados coletados, que foi um movimento caracterizado majoritariamente por mulheres, brasileiras das regiões sudeste e sul²⁰ e moradoras de capitais e de interior, com idade acima de 32 anos, com identificação étnico-racial branca (seguido por parda), heterossexuais (seguido por bissexuais), de classe média (com rendimento individual acima de R\$ 4.001, seguido pelo rendimento acima de R\$ 3.001) e graduadas (em segundo, especialistas e graduandas). Com relação a autoidentificação de gênero, os resultados encontrados demonstram a importância da manutenção da categoria tradicional *mulher* (selecionada por 65,3% das respondentes), fruto das vertentes feministas clássicas, mas, em contraponto, da emergente influência das teorias transfeministas na atualidade, considerando o número significativo de respondentes que se reconheceu como *mulher cisgênero* (31,1% das respondentes).

Surpreendeu o grande número de participantes com mais de 32 anos de idade (especificamente, com mais de 40 anos de idade). Essa presença pode ter sido influenciada por

²⁰ De acordo com a última pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgada no terceiro trimestre de 2020, as regiões sul e sudeste do Brasil contam com os 5 municípios com o Produto Interno Bruto mais alto do país. Fonte: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em 22 jan. 2021.

uma questão geracional, afinal, há 40 anos acontecia a Ditadura Militar. Esse público vivenciou momentos definitivos para a democracia no Brasil, como a formulação da atual Constituição, no processo constituinte, assim como o fim da Ditadura. Portanto, essas experiências possibilitaram o reconhecimento da importância de se viver em um país democrático, o que pode ter influenciado na ampla participação desse grupo geracional no movimento #elenão, que tem como uma de suas pautas a defesa pela democracia no Brasil.

Com relação ao posicionamento político, a maioria se define como de esquerda (seguido de centro-esquerda), não possui partidos políticos, não participa de sindicatos, coletivos e/ou movimentos sociais. Esses dados demonstram o quanto o ciberativismo ainda possui limitações, já que o movimento não atingiu o seu principal objetivo: não eleger Bolsonaro. Faz-se importante pensar sobre como a ausência de participação em espaços de discussão e formação política pode enfraquecer as estratégias de resistência e desmobilizar o movimento, que pode acabar por se isolar dos movimentos historicamente progressistas.

Sobre a reflexão dialética entre as teorias feministas e o movimento feminista, evidenciou-se que a maioria não tem um posicionamento específico dentro das vertentes do movimento, se considerando, assim, apenas feministas ou pró-feminismo (apoia, mas não necessariamente se identifica como), ao mesmo tempo que é branca de classe média. Reconhece-se aqui que posicionar-se demanda exposição política, comprometimento e responsabilidade coletiva. Portanto, ao mesmo tempo que o feminismo se apropria dos espaços online, percebe-se que é necessário fortalecer a relação entre academia e sociedade, uma vez que as pesquisas no campo dos estudos feministas estão se ampliando (e com relação a isso pode-se citar como exemplo esse trabalho, que é fruto do processo de conclusão de curso da primeira turma da Especialização em Gênero da UFSM) e o ciberfeminismo parece carecer de informações suficientes para possibilitar um posicionamento dentro do movimento.

Refletiu-se também sobre como o debate teórico acerca das interseccionalidades dos sujeitos, que se retroalimenta na variedade de vertentes dos movimentos feministas pode, de alguma forma, fragmentar as lideranças acadêmicas e políticas. Entretanto, observou-se que, na prática, esses grupos acabam se unificando em prol dos mesmos objetivos. Essa ideia reforça a importância do diálogo dos estudos feministas com a prática dos movimentos, na direção do reconhecimento das diversas opressões de forma que sejam cada vez mais representativos, mas não fragmentados.

Sobre as formas de participação no movimento, 85,4% consideram que participaram manifestando-se online a favor da causa, seguido pela participação de 64,9% nas manifestações

de rua. Lembrando que nessa pergunta possibilitou-se a seleção de mais de uma alternativa, portanto, as formas de participação se interseccionaram. As e os participantes foram motivados (as) principalmente pelo fomento ao discurso de ódio e intolerância às diferenças (96,4%), pelas manifestações machistas (95,2%) e racistas (94,3%) de Bolsonaro, assim como por seu incentivo à tortura e ao armamento (94,7%). A maioria (61,9%) avaliou o movimento com nota de 7 para mais (de 0 a 10) e votou (84,8%) como sugestão futura a sua ampliação como enfrentamento à extrema-direita, inclusive nas próximas eleições.

Como reafirmou-se no decorrer do artigo, o Brasil é um país caracterizado por uma economia capitalista, estruturado em uma cultura escravocrata e racista, democratizado com base em um contrato social - e sexual -, que ignora a situação de exploração patriarcal das mulheres e conseqüentemente estabelece uma sociedade machista, além de produzir e reproduzir LGBTfobia. Por isso, de acordo com os resultados dessa pesquisa, quem diz #elenão ainda é um grupo privilegiado, no quesito econômico, étnico/racial, de sexualidade, educacional e regional, além de não ter um posicionamento definido sobre as diversidades do feminismo.

Ainda que majoritariamente de esquerda e vítimas comuns da opressão de sexo, o perfil de mulheres aqui encontrado não é representativo de inúmeras outras opressões características à população feminina brasileira, o que é contraditório à um movimento que busca combater a estrutura consubstancial de opressão capitalista-racista-patriarcal. Os trabalhos citados encontrados até então, que abordam o movimento #elenão, focaram nos aspectos comunicativos do movimento. Buscando contribuir e aprofundar na direção desse debate, esse trabalho dedicou-se a compreender qual o perfil dos participantes e o que os/as levou compô-lo, assim como de que forma isso aconteceu.

Apesar de não surpreender, uma vez que o acesso à educação e à informação são diretamente prejudicados pela condição conseqüente da desigualdade social capitalista, torna-se urgente refletir sobre como esse perfil pode-se tornar representativo, de forma que as diversidades estejam ao lado e não sobrepostas. Como resposta ao objetivo social da pesquisa, espera-se que esse trabalho contribua para a autocrítica do movimento #elenão, que, segundo os e as participantes, deve ampliar-se, e fortaleça o ciberfeminismo em direção à pluralidade. Por fim, considera-se pertinente depreender estudos para compreender se a relação com o ciberativismo tem alguma influência no não alcance do macro objetivo do movimento: impedir a eleição de Bolsonaro.

4 REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, Lívya. Ciberativismo e a Dimensão Comunicativa dos Movimentos Sociais: repertórios, organização e difusão. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 15, n. 34, p. 315-338, set./dez. 2016.
- ALMEIDA, Janaiky. **Organismos Internacionais e enfrentamento à precarização do trabalho das mulheres na América Latina**. 2017. Tese (Doutorado em Política Social) - **Universidade de Brasília**, Brasília, DF, 2017.
- ALVAREZ, Sonia. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cadernos Pagu**, Campinas, vol. 43, p.13-56, jan./jun. 2014.
- ÁVILA, Maria Betânia. As mulheres no mundo do trabalho e a relação corpo e sujeito. **Cadernos de Crítica Feminista**, Recife, ano V, n. 4, dez. 2011.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, **Senado Federal**: Centro Gráfico, 1988.
- CARNEIRO, Sueli. “Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero”. In: **Ashoka empreendimentos sociais**; Takano cidadania (Org.). Racismos contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003.
- CISNE, Mirla. Feminismo e consciência de classe no Brasil. 2 ed. São Paulo: **Cortez**, 2018. 286 p.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, vol. 10, n. 1, p.171-188. 2002.
- COLLING, Ana Maria. A resistência da mulher à ditadura no Brasil. São Paulo: **Rosa dos Ventos**, 1997.
- CLOSS, Thaisa Teixeira. **Fundamentos do Serviço Social: um estudo a partir da produção da área**. 2015. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
- DALL'ÁQUA, Maria Eduarda. **As mulheres na política**: uma revisão bibliométrica sobre o uso da categoria gênero. 2019. Monografia (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019.
- DELPHY, Christine. Patriarcado. In: HIRATA, Helena et al. (Org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009. p. 173-178.
- DUNAYEVSKAYA, Raya. **Rosa Luxemburgo, la liberación femenina y la filosofía de la revolución de Marx**. México: Fondo de Cultura Económica, 1985.
- DURIGUETTO, Maria; CISNE, Mirla. Feminismo e radicalização da democracia: desafios em tempos de recrudescimento do conservadorismo no Brasil. **SER Social**, Brasília, v. 17, n. 36, p. 13-30, jan.-jun. 2015.

DORLIN, Elsa. Do uso epistemológico e político das categorias “sexo” e “raça” nos estudos de gênero. **Revista de estudos interdisciplinares em gêneros e sexualidades**. Salvador, n. 5, v. 1, p. 254-271, maio/out. 2016.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução de Leandro Konder. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012, 302 p.

FALQUET, Jules. Les mouvements sociaux dans la mondialisation néolibérale: imbrication des rapports sociaux et classe des femmes (Amérique Latine-Caraïbes-France). **Habilitation à diriger des recherches**. Paris: Université de Paris 8, 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani. **Metodologia da Pesquisa Educacional**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1987.

GOMES, Mariana S. et al. O conhecimento situado e a pesquisa-ação como metodologias feministas e decoloniais: um Estudo Bibliométrico. **Revista CS**. Colombia, n. 29, p. 47-72, set./dez. 2019.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue, Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX, (p. 33-118). In: **Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano**. Organização e tradução: Tomaz Tadeu. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. Tradução de Antonia Malta Campos. **Novos estudos - CEBRAP**. n. 86. São Paulo, p. 93-103, março/2010.

LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2000.

LÖWY, Ilana. Universalidade da ciência e conhecimentos ‘situados’. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 15, p. 15-38. 2000.

MARTINS, Ana Paula Antunes. **Corporificação e visões de mundo da política feminista e de mulheres na contemporaneidade: diálogos, imagens e discursos sobre marchas de mulheres (2012 – 2017)**. 2018. Tese (Doutorado em Sociologia) — Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

OLIVEIRA, Ana Larissa Adorno Marciotto; CARNEIRO, Marisa Mendonça. #Elesim, #elenão, #elasim, #elanão: o twitter e as hashtags de amor e de ódio na campanha presidencial brasileira de 2018. **Linguagem (dis)curso**. Tubarão, vol. 20 n.1. Abril 2020.

- PADILLA, Beatriz; GOMES, Mariana S.; Empoderamento, Interseccionalidade e Cibertivismo: Uma Análise do “Manifesto Contra o Preconceito às Mulheres Brasileiras em Portugal”. **TOMO**. Aracajú, n. 28, p. 171-201, jan./jun. 2016.
- PAIXÃO, Marcelo. O Justo Combate: relações raciais e desenvolvimento em questão. **Revista Simbiótica**. Vitória, vol. 2, n. 2, dez. 2015.
- PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. São Paulo: Paz e Terra, 1988, p. 364.
- PINTO, Celi Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 119.
- SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 158.
- SAFFIOTI, Heleieth. **O Poder do Macho**. São Paulo: Moderna, 1987, p. 120.
- SARDENBERG, Cecilia. Caleidoscópios de gênero: Gênero e interseccionalidades na dinâmica das relações sociais. **Mediações**, Londrina, v. 20, n. 2, p. 56-96, jul./dez. 2015.
- SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Estudos Feministas**, Florianópolis, vol. 12, maio/agosto 2004.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Tradução de Guacira Lopes Louro, versão em francês. Revisão de Tomaz Tadeu da Silva, de acordo com o original em inglês. **Educação & Realidade**. Porto Alegre. v. 20, n. 2, p. 71-99. 1995.
- SIMIONATTO, Ivete. Estado, sociedade civil e lutas sociais: uma análise gramsciana do Brasil no período de 2003-2010. **Núcleo de Pesquisa Estado Sociedade Civil e Políticas Públicas**. Departamento de Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.
- SCHWENGBER, Maria Simone Vione; PINHEIRO, Naira Letícia Giongo Mendes. Movimento #EleNão: reconhecimento e afirmação do ato de fala das mulheres na política. **Educação**, Santa Maria, v. 45, p. 1-17, 2020.
- VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, vol. 22, p. 203-220, ago./dez. 2014.